

06.abril.2021 – 14H30

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Coletivo de Estudantes Internacionais

Os estudantes estão identificados na [página da audiência](#).

Recebidos por: Deputados identificados na [página da audiência](#).

Assunto: Expor as principais dificuldades que vêm sendo enfrentadas pelos alunos internacionais, agravadas durante a pandemia.

Exposição: O Deputado Luís Monteiro (BE), que presidiu à reunião, cumprimentou os representantes do Coletivo de Estudantes Internacionais e lembrou a grelha de tempos da audiência.

Os representantes do Coletivo, tendo presentes os assuntos que identificaram no pedido de audiência, em documento disponível na página da Comissão, referiram o seguinte, em resumo:

1. Pelos dados do Observatório das Migrações e da Direção Geral de Estatísticas há uma subida significativa do número de vistos (sendo atualmente cerca de 50% para fins de estudo) e de estrangeiros a estudarem em Portugal;
2. Estes alunos só beneficiam de ação social indireta (artigo 10.º do [Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março](#), que regula o estatuto do estudante internacional) e várias universidades interpretam os apoios indiretos de formas diferentes, para além de não responderem aos pedidos de apoio dos alunos e executarem as dívidas pelas propinas não pagas;
3. As propinas são demasiado altas e desproporcionais para os estudantes internacionais (confronte-se o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei acima referido) e nalguns casos houve aumento das mensalidades durante o período da pandemia;
4. As condições de alojamento dos estudantes são deficientes (antes e durante a pandemia), há falta de orientações por parte das instituições e há alunos com deficiência no acesso à *internet* e a refeições, não obstante a aprovação pela Assembleia da República de apoios aos estudantes internacionais;
5. Pedem uma alteração da lei no sentido de terem acesso à ação social direta;

6. O valor das propinas é fixado de forma diferente pelas várias instituições, por exemplo o curso de Psicologia em Coimbra custa 7.000€ e em Vila Real 1.500€, pelo que questionam como se fixa o valor das propinas;
7. Verificam-se vários constrangimentos a nível burocrático, nomeadamente para obterem o número de identificação fiscal (NIF) e a autorização de residência, pelo que pedem a desburocratização dos processos, tendo realçado ainda que não são uma mercadoria;
8. São alvo de discriminação pelos docentes e funcionários das instituições, nomeadamente em função da sua língua, pelo que pedem campanhas de consciencialização e canais de denúncia.

Intervieram depois os Deputados Alexandre Poço (PSD), Bruno Aragão (PS) e Luís Monteiro (em representação do BE), pronunciando-se sobre a matéria e fazendo várias perguntas, nomeadamente averiguando se as dificuldades indicadas são pontuais ou generalizadas a várias instituições.

Na sequência das intervenções dos Deputados, os estudantes referiram o seguinte:

1. Vários estudantes, de diversas instituições, têm feito relatos de variadas pessoas que desistiram ou estão a desistir de estudar em Portugal;
2. Há relatos comoventes e casos de estudantes que estão a ser vítimas de xenofobia nas salas de aula, em várias instituições;
3. Os estudantes são vistos como uma mercadoria;
4. Estão contentes com a audiência concedida pela Comissão;
5. Há xenofobia, discriminação e exigência de que os alunos falem português de Portugal e não brasileiro, havendo algumas referências de que o segundo é incorreto;
6. Muitos alunos desistiram de estudar e foram para trabalhos informais;
7. As universidades querem internacionalizar-se e fazem *marketing* nesse sentido, mas não tratam bem os alunos internacionais e isso prejudica a imagem de Portugal no mundo;
8. Querem fazer parte da solução e estão dispostos a colaborar para o efeito.

A gravação áudio da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 06 de abril de 2021

A assessora
Teresa Fernandes